



*Sede da Fusp, a poucos metros do campus da USP na capital*

## **DIRETORIA DA FUSP RECEBEU R\$1 MILHÃO DE 2002 A 2004, REVELA AUDITORIA EXTERNA**

A promoção de arquivamento assinada pelo promotor Airtton Grazzoli não faz qualquer referência às auditorias externas que a Promotora de Fundações da Capital realizou nas fundações “de apoio”. Pelo menos no caso da Fusp, a auditoria contradiz a descrição cândida do

mundo fundacional encontrada no texto de Grazzoli.

O relatório da auditoria na Fusp deixa claro, no item 8.4.9, “Desenvolvimento de Atividades Estatutárias” (p. 46-48), o mecanismo pelo qual se burla a proibição de remuneração dos cargos de direção,

proibição essa formalmente vigente em todas as fundações privadas.

A auditoria constatou que se registrou em ata de dezembro de 1992 “que a Diretoria Executiva da Fusp, na execução do plano de ação durante os próximos meses, poderá enquadrar-se em atividades progra-

madras para receber remuneração”, bem como que o Conselho Curador “autoriza então esta participação e possível recebimento monetário”.

Constatou ainda que “os senhores diretores participam de diversos projetos”, porém “todos os pagamentos são feitos por conta do Projeto nº 48, cujo título e objetivo são (...) Desenvolvimento de Técnicas para Absorção de Recursos para Pesquisa”. Ou seja, claramente criou-se um projeto-fantasia para justificar esses pagamentos.

“Este projeto teve início em outubro de 1993”, acrescenta o Relatório. O projeto existe há 13 anos, ou seja, foi criado um ano depois que o professor Antonio Marcos Massola assumiu o cargo de diretor-executivo da Fusp.

Após identificar a irregularidade, os auditores observam que a autorização do Conselho Curador “deve ser reavaliada anualmente”, que os “pagamentos devem ser feitos por conta de projetos anuais”, em que os diretores participem como coordenadores, e que os diretores e “principalmente o Consultor Jurídico assinem contratos de prestação de serviços com a Fundação, a fim de se atender a própria orientação interna”, qual seja, a de que, como serviços prestados continuamente por mais de três meses caracterizam vínculo empregatício, deve-se elaborar os contratos.

Os valores percebidos pelos três membros da Diretoria Executiva entre 2002 e 2004 somam R\$ 1.002.405. A média é de R\$ 334 mil no período, ou seja, R\$ 111 mil por cargo, por ano. Portanto é uma falácia afirmar-se que tais cargos não são remunerados.

Ao contrário do que afirma Grazioli, a composição do Conselho Curador e demais órgãos diretivos da Fusp incide claramente em con-

***O professor Massola, diretor da Fusp, afirma que o projeto mediante o qual os diretores eram remunerados “não existe mais”, tendo ocorrido um engano dos auditores. Ele nega que isso seja uma forma disfarçada de remuneração***

flito de interesses. O presidente é o reitor, que designa outros cinco membros, dos quais pelo menos três serão necessariamente docentes da USP. Outros três membros serão eleitos pelo Conselho Universitário (CO, cujo presidente é o reitor), e destes dois serão necessariamente membros do próprio CO.

O relatório da auditoria não informa como é escolhida ou eleita a Diretoria Executiva, mas o presidente do Conselho Curador (o reitor)

poderá escolher um diretor vogal, a ser aprovado pelos demais membros do Conselho, os quais foram em sua maioria designados por ele, reitor.

Assim, o professor Hélio Nogueira, então vice-reitor, foi diretor vogal em 2002 e 2003 (até 20/9). Depois, foi substituído pelo professor Adilson Carvalho, que acumulou este cargo com o de titular da Codage (órgão incumbido de administrar repasses financeiros das fundações “de apoio”), entre 21/9/2003 e 20/9/2005.

Os diretores têm mandatos de dois anos. Mas o professor Massola é o diretor executivo da fundação desde sua instituição, em 1992, segundo ele próprio declarou à *Revista Adusp*. “Os reitores nunca aceitaram minha demissão”, disse Massola à reportagem.

O professor afirmou que o projeto 48, mediante o qual os diretores eram remunerados, “não existe mais”, tendo ocorrido um engano dos auditores. Ele disse que estes ficaram de enviar uma “versão final” do relatório, “corrigindo” a informação. Em resposta a uma pergunta, Massola negou que o projeto fosse uma forma disfarçada de remuneração dos diretores.

Quando a *Revista Adusp* lhe perguntou se confirmava o valor total de remuneração envolvido no período auditado, de R\$ 1.002.405, o professor disse simplesmente: “Não sei”, alegando que estava à espera da “versão final” do relatório de auditoria.